



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

CREDENCIAMENTO

002/2025

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG

OBJETO

Credenciamento de profissionais (Pessoa Jurídica ou física) qualificados e capacitados para prestação de serviços em saúde de nível superior e médicos nas especialidades de cardiológico holter 24h, cardiológico MAPA 24h, cardiológico teste ergométrico cardiológico eco cardiograma, neurológico eletroencefalograma, de ultrassonografia geral, psiquiatria, neurologia, cardiologia, Plantão médico 12h, Consulta ginecologista e Médico PSF no município de Córrego Danta/MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.350.550,00 (DOIS MILHOES E TREZENTOS E CINQUENTA MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

A partir do dia **24/07/2025** à partir das 08:00h (**horário de Brasília**), **presencialmente ou pelos os e-mails** licitacao@corregodanta.mg.gov.br e licitacao1corregodanta@gmail.com.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2025

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS.

A Prefeitura Municipal de Córrego Danta - MG, através da Comissão de Contratação, divulga para conhecimento do público interessado que no local, hora e data adiante indicados, em sessão pública, receberá as propostas para CREDENCIAMENTO de diversos profissionais (Pessoa Jurídica ou física) de diversas especialidades, com fundamento no art. 74 inciso IV c/c inciso I do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I. - ABERTURA:

O Credenciamento será realizado de 24/07/2025 a 24/07/2026 podendo ser prorrogado; HORA: Entre 07:00 e 16:00 horas.

FORMAS PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:

1. Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, à Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, Córrego Danta/MG – CEP – 39.980-000.
2. Via e-mail, no endereço: licitacao@corregodanta.mg.gov.br e licitacao1corregodanta@gmail.com com o assunto: **CREDENCIAMENTO 004/2024 – ESPECIALIDADES DIVERSAS (NOME DA ESPECIALIDADE QUE DESEJA SE CREDENCIAR).**

II. – DO OBJETO

2.1 – Credenciamento de profissionais (Pessoa Jurídica ou física) qualificados e capacitados para prestação de serviços em saúde de nível superior e médicos nas especialidades de cardiológico holter 24h, cardiológico MAPA 24h, cardiológico teste ergométrico cardiológico eco cardiograma, neurológico eletroencefalograma, de ultrassonografia geral, psiquiatria, neurologia, cardiologia, Plantão médico 12h, Consulta ginecologista e Médico PSF no município de Córrego Danta/MG.

2.2 – Será o adotado o sistema de **CREDENCIAMENTO PARALELO, E NÃO EXCLUDENTE** na forma do inciso I do art. 79 da lei federal 14.133/2021;

III. – CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar do presente credenciamento de pessoas jurídicas ou físicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital objetivando o Credenciamento de profissionais (Pessoa Jurídica ou física) qualificados e capacitados para prestação de serviços em saúde de nível superior e médicos nas especialidades de cardiológico holter 24h, cardiológico MAPA 24h, cardiológico teste ergométrico cardiológico eco cardiograma, neurológico eletroencefalograma, de ultrassonografia geral, psiquiatria, neurologia, cardiologia, Plantão médico 12h, Consulta ginecologista e Médico PSF no município de Córrego Danta/MG, conforme edital, e anexos;

3.1.1 – A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções;

3.2 – As empresas que desejarem participar deste **CREDENCIAMENTO** deverão no prazo estabelecido neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao Presidente da CPL, o envelope lacrado, contendo a **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, E TRABALHISTA”**. Contendo na parte externa o nome da agente de contratação, nome da Empresa, nome e número da modalidade. Passado prazo de credenciamento, não mais serão admitidos novos proponentes.

3.3 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Córrego Danta(MG).

IV. – ENTREGA DO ENVELOPE

4.1 – DA **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, E TRABALHISTA”**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

4.1.1 – O envelope “Documentação de habilitação” deverá ser entregue ao Presidente da CPL, a partir do dia 24/07/2025, das 07:00 às 16horas (na forma presencial), de segunda a sexta feira, ou via e-mail nos endereços abaixo indicados:

PERÍODO: 24/07/2025 a 24/07/2026;

HORA : Entre 07:00 e 16:00 horas.

LOCAL: Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal, à Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, Córrego Danta/MG – CEP – 39.980-000; ou

Via e-mail: licitacao@corregodanta.mg.gov.br

4.1.2 Caso a licitante, opte em apresentar a documentação presencialmente, o envelope deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

4.1.2.1 – ENVELOPE – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA;

Envelope - “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA”

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU COMISSÃO DA CPL: **CASSIANO PEREIRA DA SILVA ou**

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA;

NOME DA EMPRESA

CREDENCIAMENTO N.º 002/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

Endereço Completo: ____

Fone/Fax: ____

4.2 – O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG – MG, não se responsabilizará por envelopes de “Documentação de habilitação” que não sejam entregues ao Presidente da CPL designado.

V. – DA APRESENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar, nos horários estabelecidos no Capítulo IV, a documentação exigida, juntamente com proposta comercial.

5.1.1 Caso a empresa apresente presencialmente o envelope, este deverá ser apresentado lacrado, de forma a não permitir sua violação, em cuja parte externa deverá constar dizeres conforme subitem **4.1.2.1.**

5.2. Os documentos serão recebidos no período indicado no item 4.1.1, de tantos quantos interessados aparecerem, sendo a contratação realizada, conforme disposições deste edital.

VI. – DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

6.1.1.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor da Administração Pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo agente de contratação (a) ou comissão de contratação.

6.2. O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos para habilitar-se no presente **CREDENCIAMENTO:**
NO CASO DE PESSOA JURÍDICA:

6.3. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

6.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.7 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

VI.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

VI.9. Documentos pessoais do responsável: RG e CPF;

VI.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ), conforme o caso;

VI.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

VI.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VI.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VI.15. Declaração concordando com os valores estabelecidos nas tabelas de procedimentos, assinada pelo responsável da empresa, (ANEXO II).

VII.– DA HABILITAÇÃO SOCIAL;

7.1 Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (ANEXO III).

VIII. – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA E TÉCNICA;

8.1 Certidão de falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor com validade de 90, (noventa) dias;

8.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.1 Comprovante de registro do Profissional credenciado no Conselho Regional de Medicina - CRM no caso dos itens correspondentes a serviços médicos.

8.2.2 CÓPIA do diploma na área correspondente a prestação dos serviços.

8.2.3 Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade

8.2.4 operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital;

8.2.5 Certificados de cursos de atualização e/ou especialização na área de prestação dos serviços a serem prestados como Ginecologia, Psiquiatria, Neurologia e Cardiologia.

NO CASO DE PESSOA FÍSICA

8.3.1 Documentos pessoais do responsável: RG e CPF;

8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.3.3** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.4** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.5** Declaração concordando com os valores estabelecidos nas tabelas de procedimentos, assinada pelo responsável da empresa, (ANEXO II).
- 8.3.6** Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, (ANEXO III).

8.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.4.1** Comprovante de registro do Profissional credenciado no Conselho Regional de Medicina - CRM no caso dos itens correspondentes a serviços médicos.
- 8.4.2** CÓPIA do diploma na área correspondente a prestação dos serviços.
- 8.4.3** Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto deste edital;
- 8.4.4** Certificados de cursos de atualização e/ou especialização na área de prestação dos serviços a serem prestados como Ginecologia, Psiquiatria, Neurologia e Cardiologia.

IX. – DA SESSÃO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA;

- 9.1.** Diante do julgamento da habilitação e proposta, o resultado do credenciamento dos participantes será feita à medida que os documentos forem sendo recebidos.
- 9.2.** Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.
- 9.3.** Será inabilitado o participante que não atender as exigências deste edital referente a habilitação fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico financeira e qualificação técnica.
- 9.4.** Caso a empresa solicitante seja declarada inabilitada, a licitante poderá sanar as pendências e solicitar novamente o Credenciamento em outra oportunidade, dentro do prazo em que o Credenciamento estiver aberto.

X. – CREDENCIAMENTO

10.1. Serão credenciadas todas as empresas e pessoas físicas, que comprovarem a habilitação exigida neste edital até o período indicado no preâmbulo para a realização dos serviços descritos.

XI. – CLASSIFICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

11.1. CLASSIFICAÇÃO

11.1.1. Os credenciados serão convocados no prazo de 05, (cinco) dias, e assinarão o respectivo Contrato administrativo sendo que os serviços serão executados a partir da ordem de serviço/execução, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

11.2 – FORMALIZAÇÃO

11.2.1. O credenciamento será formalizado mediante o sistema de registro de preços, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital na forma aberta com validade de um 01, (um) ano.

XII. – PUBLICAÇÃO

12.1. O resultado do credenciamento, bem como extrato contratual serão publicados no site do município, no Quadro de Avisos, e, no Site da AMM, (diário oficial dos municípios mineiros) no prazo contido na **LEI FEDERAL 14.133/2021**.

XIII. – DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

13.1. Serão colocadas à disposição dos usuários de saúde os serviços contidos neste credenciamento para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

13.2. O Município convocará os credenciados para assinatura do contrato, por meio de instrumento de convocação publicado em Diário Oficial do Município, (AMM), e notificação via correio com aviso de recebimento caso haja necessidade, a ser enviada para o endereço mencionado na documentação apresentada junto ao envelope ou ainda, através de meio eletrônico (e-mail);

13.3. Para assinatura do contrato será realizada a convocação dos licitantes credenciados no prazo especificado no art. 95 da lei federal 14.133/2021;

13.5 O credenciamento do contratado (a) não obriga o município de Córrego Danta-MG a realizar todos os serviços contidos no respectivo credenciamento cujo quantitativo foi definido de forma estimativa em atendimento as demandas da Secretaria de Saúde.

13.6 A realização dos serviços se dará dentro dos termos estabelecido neste edital e de acordo com a demanda através de requisição da Secretaria Municipal de Saúde.

13.7 O Contrato firmado deverá ter vigência a partir de sua assinatura possuindo o prazo de 12, (doze) meses, o qual poderá prorrogado em até 05, (cinco) anos mediante Termo aditivo por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021 c/c Decreto Municipal 091/2021 “que define os serviços de natureza continuada no âmbito de Córrego Danta”;

XIV. - PREÇO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Os serviços contidos no presente credenciamento estão especificadas nos quantitativos, e preços de acordo com a tabela estabelecida no ANEXO I.

14.2. A estimativa do credenciamento em questão é de **R\$ 1.286.500,02 (Um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos reais e dois centavos)**

14.2.1 O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, de acordo com os valores estipulados no (Anexo I) tendo em conta o número de plantões efetivamente realizados, e devidamente autorizadas pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, mediante apresentação do documento fiscal ou equivalente, emitido pelo credenciado.

14.3. Não é de responsabilidade do Município os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do presente credenciamento.

14.4 A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício nas seguintes rubricas:

UNIDADE	DOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE
02.14.01	10.302.0020.2085- 3.3.90.39.00	463	1.500
			1.600
			1.621
			2.600
02.14.01	10.302.0020.2085- 3.3.90.39.00	487	1.500
			1.600
			1.621
			2.600

XV. – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

15. Os preços contratados poderão ser alterados na forma do art. 134 da Lei 14.133/2021 para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

XVI. – DAS SANÇÕES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

- 16.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 16.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.4 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 16.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 16.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 16.7 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.8 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 16.9 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- 16.10 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.11 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 16.12 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 16.13 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 16.14 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.15 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 16.15.1 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.15.2 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.15.3 As peculiaridades do caso concreto;
- 16.15.4 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.15.5 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 16.15.6 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.16 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.17 A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.18 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.19 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.20 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.21 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica ou física, com ou sem a participação de agente público.

16.22 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

XVII. – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS;

17.1. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

17.2. O Município de Córrego Danta/MG reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este **CREDENCIAMENTO**.

17.3. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverão ser objeto de consulta ao Setor de Licitações através dos e-mails: licitacao@corregodanta.mg.gov.br e licitacao1corregodanta@gmail.com ou através do telefone, (37) 3424-1010.

17.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

17.5. A **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO** ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.6. Dos atos deste credenciamento cabem:

I – recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II – pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

Córrego Danta/MG 23 de julho de 2025.

Ednei Martins de Matos
Prefeito Municipal

Mariana Coimbra Ferreira
Secretária Municipal de Saúde

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO – I

ITEM	ESPECIALIDADE	Nº DE CONSULTAS ANUAL	LOCAL DE ATENDIMENTO	PERIODICIDADE	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	Exame cardiológico holter 24h	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 200,00	R\$ 20.000
2	Exame cardiológico MAPA 24h	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 200,00	R\$ 20.000
3	Exame cardiológico teste ergométrico	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 150,00	R\$ 15.000
4	Exame cardiológico eco cardiograma	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 262,50	R\$ 26.250
5	Exame neurológico eletroencefalograma	150	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 120,00	R\$ 18.000
6	Exame de ultrassonografia geral	2000	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Mensal	Consulta	R\$ 95,00	R\$ 190.000
7	Consulta especializada em psiquiatria	1000	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Mensal	Consulta	R\$ 93,50	R\$ 93.500
8	Consulta especializada em neurologia	500	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Mensal	Consulta	R\$ 110,00	R\$ 55.000
9	Consulta especializada em cardiologia	500	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Mensal	Consulta	R\$ 150,00	R\$ 75.000
10	Plantão médico 12h	1500	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Semanal	Consulta	R\$ 910,00	R\$ 1.365.000
11	Consulta ginecologista	1800	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Semanal	Consulta	R\$ 150,00	R\$ 270.000
12	Médico PSF	12	Unidade de Saúde de Córrego Danta	meses	Consulta	R\$ 16.900	R\$ 202.800



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO II

<p>DECLARAÇÃO QUE CONCORDA E CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS SOLICITADOS NESTE CREDENCIAMENTO;</p>

(Local e data)

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG
A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO;**

**Referência: CREDENCIAMENTO 002/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2025**

Prezado Senhor,

O **FORNECEDOR** _____, inscrito no CNPJ/CPF –
_____ com sede à Rua _____ N°
_____ Bairro _____ CEP.: _____
Cidade: _____, em

atendimento ao disposto no **EDITAL DO CREDENCIAMENTO 002/2025**, que tem como escopo o credenciamento de pessoas jurídicas ou físicas para CÓRREGO DANTA/MG, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que concorda e cumpre plenamente os requisitos solicitados neste edital.

Atenciosamente.

**Assinatura do Responsável CARIMBO
DE CNPJ**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ANEXO III
DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Local e data)

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG– MG

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO;

Referência: Inexigibilidade de licitação 012/2025

Prezado Senhor,

O **FORNECEDOR** _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital da Inexigibilidade de Licitação nº: 012/2025, e no inciso V do art. 62 da Lei 14.133/2021, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

**NOME DA EMPRESA
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO IV-MINUTA DE CONTRATO;

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG– MG, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADO, A EMPRESA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ESTABELECIDAS ABAIXO:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DA CONTRATANTE

O Município de Córrego Danta/MG, com sede na Avenida Francisco Campos, nº 27, Centro, CÓRREGO DANTA – MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 18.298.174/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Ednei Martins de Matos, portador do CPF nº 697.129.306-10, documento de identidade nº MG – 6.479.788 SSP/MG, brasileiro, solteiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade,.

1.2 – DA CONTRATADA

O FORNECEDOR _____, com endereço na Rua _____ no município de _____ – MG, inscrita no CNPJ sob o N._____, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) Nacionalidade _____, profissão: _____, residente e domiciliado em _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG _____ ou o prestador de serviços, portador do CPF de nº _____.

1.3 – DOS FUNDAMENTOS

A presente contratação decorre do Processo Licitatório Nº 052/2025 – Inexigibilidade Nº 012/2025, regido pela Lei Federais nº 14.133/2022, e, decreto municipal de nº 860/2023 e 950/2024, e suas posteriores alterações.

SEGUNDA – DO OBJETO

Credenciamento de profissionais (Pessoa Jurídica ou física) qualificados e capacitados para prestação de serviços em saúde de nível superior e médicos nas especialidades de cardiológico holter 24h, cardiológico MAPA 24h, cardiológico teste ergométrico cardiológico eco cardiograma, neurológico eletroencefalograma, de ultrassonografia geral, psiquiatria, neurologia, cardiologia, Plantão médico 12h, Consulta ginecologista e Médico PSF no município de Córrego Danta/MG..

TERCEIRA – DO PRAZO

O Contrato firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado em até 05, (cinco) anos mediante **TERMO ADITIVO** por se tratar de natureza continuada a rigor do que dispõe o art. 105, I da lei federal 14.133/2021”.

QUARTA – DO PREÇO – A CONTRATANTE pagará ao (a) CONTRATADO (a) o valor de R\$ _____ (_____), consistente na prestação de serviços no quantitativo, e preço contido no ANEXO I do edital de credenciamento.

QUINTA – DO ATENDIMENTO

Fica fazendo parte deste contrato, O **TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

SEXTA – O Regime Jurídico deste Contrato confere à CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Artigo 115, e ss. da Lei 14.133/2021.

SÉTIMA – Constitui obrigação da CONTRATANTE além das constantes na lei federal 14.133/2021, todas as obrigações contidas no termo de referência, (**ANEXO VI) DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

OITAVA – São conferidos ao CONTRATADO os direitos previstos na Lei n.º 14.133/2021, e alterações, além daquelas previstas no **ANEXO VI DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO.**

NONA – Constitui obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

licitação.

DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições dos arts. 134, e 135 da lei federal 14.133/2021 serão, formalizadas previamente por TERMO ADITIVO, que passará a integrar este contrato quando ocorrer variações nos preços credenciados.

DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES.

11.1.1 Comete infração administrativa o credenciado que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.3 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.4 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.6 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6.1 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.6.2 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.6.3 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

11.6.4 Fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.6.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.6.5.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do credenciamento, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.6.6 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.6.7 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.7 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

(1) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(2) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

(3) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(4) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

(1) Na aplicação das sanções serão considerados:

(1) Natureza e a gravidade da infração cometida;

(2) As peculiaridades do caso concreto;

(3) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

(4) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

(5) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(2) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

(3) A aplicação das sanções previstas neste credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

(4) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

(5) Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo que sejam necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

(6) A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

(7) O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica ou física, com ou sem a participação de agente público.

(8) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO;

O presente contrato estará de pleno direito rescindido pela inexecução total ou parcial deste contrato e da lei n.º 14/133/2021, notadamente no art. 155, e ss. da lei federal 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades determinadas em lei e neste Instrumento.

DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

A dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes deste credenciamento estão previstas no presente exercício nas rubricas:

UNIDADE	DOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE
02.14.01	10.302.0020.2085- 3.3.90.39.00	463	1.500 1.600 1.621 2.600
02.14.01	10.302.0020.2085- 3.3.90.39.00	487	1.500 1.600 1.621 2.600

DÉCIMA QUARTA – A contratação firmada no presente credenciamento não gera qualquer tipo vínculo empregatício junto à CONTRATANTE.

DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro – O (a) CONTRATADO (a) deverá executar os serviços propostos, assumindo inteira responsabilidade pelos mesmos, bem como assumir inteira responsabilidade civil, administrativa ou penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pelo mesmo, seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros, incluídos ai encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;

Parágrafo Segundo – Os encargos sociais como Imposto de Renda, ISSQN, acaso devidos, serão contados no pagamento e correrão por conta do CONTRATADO; as contribuições ao CRM, INSS e outros encargos sociais acaso devidos serão por conta do (a) CONTRATADO (a), ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer responsabilidade sobre estas contribuições.

Parágrafo Terceiro – As demais obrigações do credenciado estão previstas no **TERMO DE REFERÊNCIA, (ANEXO VI)** do edital de Credenciamento.

DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Dolores do Indaiá – MG, para dirimir quaisquer questões do presente Contrato.

ASSIM, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato, juntamente das Testemunhas abaixo, em duas vias de idêntico teor, para que surta um só efeito legal, rubricando-o em todas as suas páginas.

Córrego Danta– MG, _____ de _____ de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO V**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**

A/C AGENTE DE CONTRATAÇÃO, E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;
PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 052/2025;
INEXIGIBILIDADE DE Nº 012/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2025;
VALIDADE DA PROPOSTA: 12 (doze) meses;

ITEM	ESPECIALIDADE	Nº DE CONSULTAS ANUAL	LOCAL DE ATENDIMENTO	PERIODICIDADE	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	Exame cardiológico holter 24h	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 200,00	R\$ 20.000
2	Exame cardiológico MAPA 24h	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 200,00	R\$ 20.000
3	Exame cardiológico teste ergométrico	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 150,00	R\$ 15.000
4	Exame cardiológico eco cardiograma	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 262,50	R\$ 26.250
5	Exame neurológico eletroencefalograma	150	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta	R\$ 120,00	R\$ 18.000
6	Exame de ultrassonografia geral	2000	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Mensal	Consulta	R\$ 95,00	R\$ 190.000
7	Consulta especializada em psiquiatria	1000	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Mensal	Consulta	R\$ 93,50	R\$ 93.500
8	Consulta especializada em neurologia	500	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Mensal	Consulta	R\$ 110,00	R\$ 55.000
9	Consulta especializada em cardiologia	500	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Mensal	Consulta	R\$ 150,00	R\$ 75.000
10	Plantão médico 12h	1500	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Semanal	Consulta	R\$ 910,00	R\$ 1.365.000
11	Consulta ginecologista	1800	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Semanal	Consulta	R\$ 150,00	R\$ 270.000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ITEM	ESPECIALIDADE	Nº DE CONSULTAS ANUAL	LOCAL DE ATENDIMENTO	PERIODICIDADE	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
12	Médico PSF	12	Unidade de Saúde de Córrego Danta	meses	Consulta	R\$ 16.900	R\$ 202.800

Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso): (no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.)

VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior a 60 dias contados da data limite prevista para entrega da proposta.

Obs: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Atenciosamente.

NOME DA EMPRESA
ASSINATURA DO
RESPONSÁVEL
CARIMBO DE CNPJ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)**

- 1.1. Credenciamento de para a prestação de serviços médicos especializados em Psiquiatria, neurologia, Cardiologia, Ginecologia, Clínica Geral e Plantão 24 horas e realização de exames Mapa 24h, Teste Ergométrico, Eco Cardiograma, Eletroencefalograma e ultrassonografia em geral.
- 1.2. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, e não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogados, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, “h” da Lei n. 14.133/2021).

- 2.1. A contratação será realizada por meio de **CREDENCIAMENTO**, nos termos do art. 79 da Lei 14.133/2021 e do Decreto 11.878/2024.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

3.1. A contratação de profissionais qualificados nas diversas especialidades médicas e de saúde é fundamental para garantir a ampliação do acesso à assistência especializada no município de Córrego Danta/MG, especialmente em áreas críticas como cardiologia, neurologia, e psiquiatria. Dada a alta demanda por serviços especializados e a necessidade de atendimento ágil para diagnósticos precisos e tratamentos adequados, a contratação de serviços especializados em ultrassonografia, eletroencefalograma, exames cardiológicos e outros serviços médicos especializados, se faz essencial para a qualidade de vida da população. Com a população crescente e as complexidades dos casos de saúde, é necessário que o município se estruture para garantir o acesso a exames essenciais como o cardiológico Holter 24h, MAPA 24h, teste ergométrico, eco cardiograma, além de outros serviços que promovem o diagnóstico precoce e tratamento preventivo de doenças cardiovasculares e neurológicas. Estes exames são cruciais para detectar alterações no sistema cardiovascular e neurológico, permitindo um acompanhamento eficaz e a prevenção de complicações graves. Ademais, a contratação de profissionais para plantão médico de 12h é imprescindível para garantir o atendimento médico contínuo, principalmente em situações de emergência e urgência, que exigem disponibilidade de profissionais capacitados a qualquer hora. Esta medida visa reduzir o tempo de espera e oferecer atendimento imediato à população, proporcionando um sistema de saúde mais eficiente e acessível. Dessa forma, a contratação de profissionais especializados atende diretamente à necessidade de melhorar a qualidade do atendimento médico e diagnóstico, ao mesmo tempo em que assegura a expansão da rede de saúde pública do município, promovendo bem-estar e saúde para a população de Córrego Danta/MG, conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**Garantia da contratação**

- 4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Técnicos

4.2. A **Requisitos para Credenciamento**: Os médicos e profissionais de saúde de nível superior interessados em se credenciar nas especialidades especificadas deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) Possuir registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) correspondente;
- b) Comprovar formação acadêmica na especialidade requerida;
- c) Apresentar certificados de cursos de atualização e/ou especialização na área;
- d) Ter experiência comprovada na prática da especialidade, preferencialmente com referências;
- e) Estar em dia com as obrigações fiscais e trabalhistas;
- f) Dispor de infraestrutura adequada para a realização de consultas, exames e procedimentos relacionados à especialidade;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- g) Comprometer-se a cumprir as normas e diretrizes estabelecidas pela instituição para a prestação dos serviços médicos;
- h) Apresentar documentação completa e atualizada conforme exigido no edital de credenciamento;
- i) Ter disponibilidade de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde de Córrego Danta e Cachoeirinha.

Das Informações Complementares às Especificações Técnicas

- 4.3. Os profissionais e clínicas credenciados deverão:
 - a) Manter atualizados os cadastros e registros profissionais;
 - b) Utilizar equipamentos e materiais em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes;
 - c) Adotar práticas de atendimento humanizado e centrado no paciente;
 - d) Assegurar a confidencialidade das informações dos pacientes;
 - e) Garantir a acessibilidade e comodidade no atendimento.

Das Condições de Execução do Serviço

- 4.4. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo às seguintes condições:
 - a) Pontualidade e regularidade nos atendimentos;
 - b) Adequação às normas e protocolos da Secretaria Municipal de Saúde;
 - c) Colaboração com as equipes de saúde locais;
 - d) Participação em reuniões e treinamentos quando solicitados;
 - e) Resolução de intercorrências e encaminhamentos conforme necessário.

SUBCONTRATAÇÃO

- 4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**A Da Execução dos Serviços**

- 5.1. A execução do objeto contratado, consistente na prestação de serviços médicos especializados e exames técnicos, dar-se-á de forma contínua e presencial, nas Unidades de Saúde do Município de Córrego Danta/MG ou em clínicas previamente indicadas, conforme a especialidade, observando-se a escala e o cronograma previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência do contrato de credenciamento.

Condições de Prestação dos Serviços

- 5.2. A empresa ou profissional credenciado será responsável pela execução direta ou pela indicação formal dos profissionais habilitados que atuarão na prestação dos serviços, os quais deverão atender aos requisitos técnicos e legais constantes neste Termo de Referência e no Edital de Credenciamento, especialmente quanto ao registro ativo e regular junto ao respectivo Conselho Profissional (CRM, etc.), bem como às demais exigências da legislação vigente.
- 5.3. O credenciado deverá assegurar a continuidade e estabilidade da equipe profissional designada para o atendimento, evitando substituições frequentes e sem justificativa, com vistas à preservação do vínculo e da qualidade do atendimento prestado aos usuários do SUS.
- 5.4. Em caso de impedimento eventual ou ausência do profissional indicado, o credenciado deverá providenciar, de forma imediata, a substituição por outro profissional igualmente habilitado e com as mesmas qualificações, de modo a evitar qualquer forma de desassistência à população.
- 5.5. A Secretaria Municipal de Saúde poderá solicitar, a qualquer tempo, a substituição de profissional previamente indicado, mediante justificativa formal, nos casos de descumprimento de obrigações contratuais, conduta inadequada, faltas injustificadas ou desempenho técnico insatisfatório.
- 5.6. Os serviços serão prestados nos locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especialidades contratadas. Os atendimentos deverão ocorrer no horário e periodicidade estabelecidos em cronograma próprio, conforme proposta aceita, podendo ser realizados na sede do município ou em clínicas localizadas em um raio de até 50 km.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

5.7. Toda a logística relacionada à gestão de pessoal, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e administrativos, será de responsabilidade exclusiva do credenciado, não implicando em qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal.

5.8. Recebimento dos serviços

5.8.1. O recebimento dos serviços será realizado em duas etapas, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

5.8.1.1. Recebimento provisório: realizado mediante controle de frequência e verificação do cumprimento da carga horária contratada;

5.8.1.2. Recebimento definitivo: condicionado à verificação da conformidade técnica dos serviços prestados, mediante atesto do fiscal designado, com base nos registros de atendimento, relatórios médicos e demais documentos comprobatórios.

5.9. O pagamento estará condicionado ao recebimento definitivo dos serviços, sendo processado até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente à prestação, mediante apresentação de nota fiscal e relatório de produção atestados pelo fiscal.

5.10. Penalidades por descumprimento

5.10.1. O não cumprimento das obrigações pactuadas, incluindo a ausência injustificada do profissional, a substituição reiterada de médicos sem causa relevante, a má qualidade do atendimento ou a descontinuidade dos serviços, sujeitará a contratada à aplicação de penalidades conforme previsto no edital de credenciamento, nas cláusulas contratuais e na legislação vigente.

5.10.2. Entre as sanções aplicáveis, poderão constar advertência, suspensão temporária do credenciamento, descredenciamento definitivo, multa pecuniária proporcional à gravidade da infração e, se for o caso, rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme os arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

5.10.3. Os percentuais e as condições das penalidades, incluindo sua aplicação progressiva, constarão expressamente no edital de credenciamento e no instrumento contratual firmado entre as partes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do Contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do Contrato acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.6.1. O fiscal técnico do Contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

6.6.3. O fiscal técnico informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.6.5. O fiscal técnico do Contrato comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.7.2. Será exercida por cada representante designado por cada departamento.

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11. O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.12. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.13. O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.14. O gestor do Contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

6.14.1. GESTOR DO CONTRATO: Mariana Coimbra Ferreira.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (dias) corrido a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete à contratante, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Córrego Danta/MG:

8.1. Disponibilizar espaço físico adequado para a realização dos atendimentos nas Unidades de Saúde do Município;

8.2. Garantir acesso ao sistema eletrônico de registro das atividades médicas e prontuários dos pacientes;

8.3. Proporcionar todas as condições necessárias para a adequada execução dos serviços, nos termos do contrato e deste Termo de Referência;

8.4. Organizar e regular os fluxos de atendimento aos usuários do SUS, zelando pela continuidade dos serviços;

8.5. Atestar as Notas Fiscais emitidas pela contratada, após a verificação da prestação efetiva dos serviços e a análise da documentação exigida;

8.6. Exigir o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa credenciada;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito, sobre qualquer imperfeição na prestação dos serviços, fixando prazo para correção;

8.8. Aplicar, quando necessário, as sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.9. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, após o recebimento definitivo dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa credenciada obriga-se a:

9.1. Prestar os serviços médicos conforme os termos deste Termo de Referência, com observância da carga horária, local e padrão de qualidade pactuados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro

Córrego Danta – Minas Gerais

- 9.2. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração formal contendo os nomes dos profissionais médicos que integram seu quadro técnico e que serão designados para a execução dos serviços, conforme modelo a ser disponibilizado;
- 9.3. Manter a estabilidade do(s) profissional(is) indicado(s), evitando substituições frequentes e injustificadas;
- 9.4. Providenciar substituição imediata e qualificada em caso de ausência, impedimento ou desligamento do profissional indicado, de forma a garantir a continuidade do atendimento à população;
- 9.5. Cumprir rigorosamente os horários e escalas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 9.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no processo de credenciamento;
- 9.7. Comunicar ao fiscal do contrato qualquer intercorrência que possa comprometer a regular execução dos serviços, propondo as medidas cabíveis para sua solução;
- 9.8. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações decorrentes da relação contratual com os profissionais por ela vinculados;
- 9.9. Cumprir integralmente todas as demais obrigações estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e neste Termo de Referência.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR **A FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 10.1. A seleção dos prestadores de serviço dar-se-á por meio de credenciamento público, em conformidade com o disposto nos artigos 78 a 81 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo permitida a participação de todas as empresas que atendam integralmente às exigências do Edital de Chamamento Público e deste Termo de Referência.
- 10.2. O credenciamento terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
- 10.3. Os fornecedores serão habilitados e incluídos no cadastro da Secretaria Municipal de Saúde de Córrego Danta/MG após análise da documentação exigida e da proposta de preços apresentada, desde que compatível com os valores de referência estipulados no processo.
- 10.4. A qualquer tempo, durante a vigência do credenciamento, será permitido o ingresso de novos interessados, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, assegurando-se igualdade de condições e tratamento isonômico entre os credenciados.
- 10.5. A alocação dos serviços entre os credenciados será feita de forma equitativa e rotativa, observada a necessidade da Administração, a escala de atendimento definida pela Secretaria Municipal de Saúde e a disponibilidade dos prestadores credenciados.
- 10.6. O descumprimento das obrigações contratuais, legais ou éticas por parte da empresa credenciada ensejará, conforme a gravidade, a aplicação de penalidades, inclusive o descredenciamento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 10.7. A qualquer tempo, por conveniência administrativa, a Secretaria Municipal de Saúde de Córrego Danta/MG poderá revogar o presente credenciamento, mediante decisão fundamentada, sem que caiba direito a indenização, ressalvado o pagamento dos serviços efetivamente prestados até a data da revogação.
- 10.8. A empresa credenciada poderá solicitar seu descredenciamento voluntário mediante comunicação formal à Administração, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, devendo, nesse período, manter a regularidade na execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação de sanções.
- 10.9. As empresas credenciadas serão convocadas para assinatura do contrato administrativo de prestação de serviços conforme a necessidade da Administração, respeitando-se a ordem cronológica de credenciamento, nos termos do §1º do art. 78 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.10. A convocação será formalizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Córrego Danta/MG, mediante comunicação eletrônica enviada ao endereço de e-mail informado pela empresa no ato do credenciamento.
- 10.11. O não comparecimento para assinatura do contrato no prazo assinalado, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a desclassificação da empresa, conforme previsão editalícia, com consequente perda da ordem cronológica, sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

10.12. Após a assinatura do contrato, a empresa estará apta a prestar os serviços, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O R\$ 2.350.550,00 (DOIS MILHOES E TREZENTOS E CINQUENTA MIL E QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

ITEM	ESPECIALIDADE	Nº DE CONSULTAS ANUAL	LOCAL DE ATENDIMENTO	PERIODICIDADE	UNIDADE
1	Exame cardiológico holter 24h	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta
2	Exame cardiológico MAPA 24h	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta
3	Exame cardiológico teste ergométrico	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta
4	Exame cardiológico eco cardiograma	100	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta
5	Exame neurológico eletroencefalograma	150	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Conforme agendamento pela secretaria de saúde	Consulta
6	Exame de ultrassonografia geral	2000	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Mensal	Consulta
7	Consulta especializada em psiquiatria	1000	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Mensal	Consulta
8	Consulta especializada em neurologia	500	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Mensal	Consulta
9	Consulta especializada em cardiologia	500	Clínica médica até 50km de distância da sede do município	Mensal	Consulta
10	Plantão médico 12h	1500	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Semanal	Consulta
11	Consulta ginecologista	1800	Unidade de Saúde de Córrego Danta	Semanal	Consulta
12	Médico PSF	12	Unidade de Saúde de Córrego Danta	meses	Consulta

Justificativa para Utilização de Orçamentos Diretos com Fornecedores em Detrimento de Painéis de Preços Públicos.

11.2. Considerando a necessidade de formação do valor estimado para a contratação por credenciamento de empresa especializada na prestação de serviços médicos clínicos gerais, optou-se, fundamentadamente, pela realização de pesquisa de preços junto a fornecedores do mercado, em detrimento da utilização exclusiva dos valores constantes em painéis de preços públicos.

11.3. Tal decisão está amparada nos seguintes fundamentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais

11.3.1. Especificidade do objeto: O serviço a ser contratado envolve particularidades locais relacionadas à oferta e disponibilidade de profissionais médicos clínicos, cujas condições variam significativamente de acordo com a realidade de cada município, especialmente em regiões de pequeno porte e interioranas, como é o caso de Córrego Danta/MG. Os painéis de preços públicos, por serem de abrangência nacional, não refletem adequadamente as práticas comerciais e os custos praticados no mercado local ou regional.

11.3.2. Desatualização e inconsistência nos registros de painéis: Em diversos casos, os preços disponíveis nos painéis apresentam desatualizações, omissões de informações relevantes ou discrepâncias em relação às condições reais de mercado, o que compromete a fidedignidade dos dados. Além disso, os painéis muitas vezes não indicam claramente a carga horária, a natureza da prestação ou a estrutura de custos inclusos nos valores registrados.

11.3.3. Maior precisão e transparência: A obtenção de cotações diretamente com fornecedores do ramo permite aferir com maior precisão os valores atualmente praticados no mercado para serviços com escopo e carga horária idênticos ao que se pretende contratar, possibilitando uma formação do valor estimado mais realista, atual e contextualizada.

11.3.4. Diante do exposto, e com vistas à seleção de uma referência de preços condizente com o mercado regional, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, optou-se pela utilização de orçamentos obtidos diretamente junto a fornecedores locais e especializados, cuja documentação comprobatória integra o presente Estudo Técnico Preliminar e fundamenta o valor estimado da contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA 2025 e correspondentes para o exercício seguinte.

UNIDADE	DOTAÇÃO/CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE
02.14.01	10.302.0020.2085- 3.3.90.39.00	463	1.500 1.600 1.621 2.600
02.14.01	10.302.0020.2085- 3.3.90.39.00	487	1.500 1.600 1.621 2.600

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. O Contrato terá validade de 01 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal conforme o Art. 105 e 106 da Lei 14.133/21, mediante, Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. Durante toda a vigência do Contrato, a Contratada Detentora cuidará para que sejam mantidas, em compatibilidade as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições elencadas para execução da futura contratação.

13.3. Nos termos do artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, os contratos administrativos são regidos por suas próprias cláusulas e por preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e normas de direito privado. Além disso, conforme dispõe o artigo 40, I, de aquisição de pagamentos semelhantes as do setor privado.

13.4. O artigo 92 Lei 14.133/21 relaciona as cláusulas que devem constar obrigatoriamente de todo e qualquer contrato. Dentre elas, deve haver disposição sobre o regime de execução ou forma de fornecimento, preço e condições de pagamento, matriz de risco, quando cabível e direitos e responsabilidades das partes.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG

**Avenida Francisco Campos, n. 27 - Centro
Córrego Danta – Minas Gerais**

14.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

14.2. Em vista disto, o princípio do parcelamento poderá ser aplicado na presente contratação, atendendo as demandas da administração desde que esteja habilitada em todos os requisitos necessários para a disponibilidade dos itens, visando evitar prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. De acordo com regras estabelecidas no Edital.

Córrego Danta/MG, 22 de julho de 2025.

Mariana Coimbra Ferreira
Secretária Municipal de Saúde